

Servidor pode ter salário congelado até fim do ano

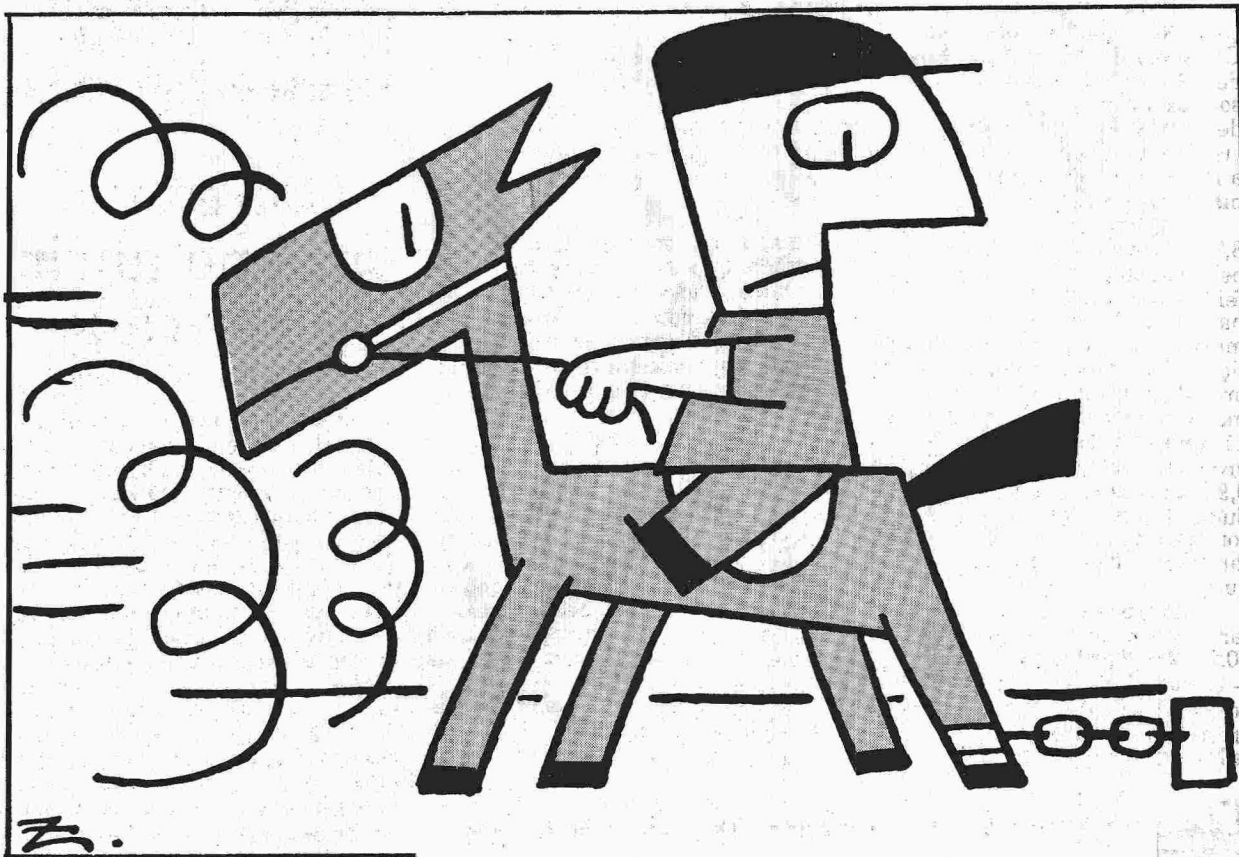
O Governo pretende congelar os salários dos funcionários públicos federais até o fim do ano. A medida faz parte de um conjunto de ajustes no orçamento de 1990 que o Governo enviará na semana que vem ao Congresso. O diretor do departamento de Orçamentos da União, Cláudio Forghieri, disse ontem que está trabalhando com três cenários para as contas do Governo: um zera o déficit público, outro estima um superávit de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) e o terceiro procura manter de pé a meta inicial de um superávit de 2% do PIB. A revisão orçamentária já deveria ter sido enviada ao Congresso na semana passada, de acordo com assessores diretos da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. Segundo essas fontes, o atraso motivou o adiamento da vinda da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), que estava prevista para este mês.

Os cortes previstos no orçamento deste ano vão atingir o custeio da máquina administrativa, despesas de capital, inclusive investimento, e a dívida interna e externa. A revisão orçamentária prevê uma inflação zero para este ano. Na parte de pessoal e encargos, o Executivo cortou Cr\$ 150 bilhões a preços correntes na administração direta e autarquias. Esse ajuste leva em conta a meta perseguida pelo secretário da Administração, João Santana, de demissão de 360 mil servidores públicos.

Nas despesas correntes e investimento das empresas estatais, a previsão é de um corte de 40%, cerca de Cr\$ 500 bilhões. Desse total, serão Cr\$ 150 bilhões no orçamento fiscal e de seguridade e Cr\$ 350 bilhões nos investimentos das estatais. "Não nos restam muitas saídas para equilibrar as contas", admite Forghieri. A versão original do orçamento deste ano previa um investimento total das estatais de US\$ 15 bilhões (cerca de Cr\$ 8,2 trilhões pelo câmbio flutuante). Agora, chegará a US\$ 9 bilhões (Cr\$ 4,95 trilhões).

Dívida externa

Todos esses cortes fazem parte do "cenário zero", que estima um equilíbrio nas contas públicas. As duas outras alternativas, que prevêem superávit seriam atingidas à custa de um esforço fiscal adicional ainda não determinado pelos técnicos do Departamento de Orçamento da União. "O Governo Federal tem que fazer a sua parte para que



os estados e municípios sigam o exemplo", diz Forghieri. Para que o cenário se torne uma realidade, os estados terão que pagar este ano US\$ 1 bilhão (Cr\$ 55 bilhões) da sua dívida externa que vence em 1990. Isso corresponde a 47% do total que está vencendo (US\$ 2,3 bilhões). A União vai rolar os restantes 53% ou US\$ 1,3 bilhão, desde que os estados e municípios se comprometam a pagar a dívida vencida. "O governo não pode bancar sozinho o ajuste", observa Forghieri.

Na parte das estatais, a dívida externa que vence este ano é de US\$ 3,5 bilhões (cerca de Cr\$ 192 bilhões) e o Governo estuda a possibilidade de rolar como financiamento da União ou propor a renegociação entre as estatais e os credores. Em relação à dívida mobiliária, dos Cr\$ 1,2 trilhão que vencem este ano, o Governo pretende resgatar Cr\$ 350 bilhões. Segundo Cláudio Forghieri, os cortes com pessoal, investimento das estatais e outras despesas e investimentos da União representam 2,6% do PIB, o equivalente a Cr\$ 650 bilhões. Os técnicos do departamento tomam como base de cálculo um PIB de Cr\$ 25,3 trilhões.